

A MUSEOLOGIA DAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A REPARAÇÃO SOCIAL: COMO TRANSFORMAR UM PATRIMÔNIO DIFÍCIL EM UM LUGAR DE RESISTÊNCIA À MEMÓRIA COM OS PRECEITOS DA NOVA MUSEOLOGIA.

Maraysa de Fátima Costa de Oliveira¹

RESUMO: O presente ensaio tem por finalidade refletir sobre como a Museologia Colaborativa pode ser uma boa ferramenta para transformar os patrimônios difíceis em espaços não só de reflexões, mas também de reparação social, entendendo que o fato ocorrido nesses locais possa ser revisto como uma forma de resistência e reafirmação da memória. Retirando os sujeitos que testemunharam e vivenciaram o "evento" — e tiveram suas vidas modificadas por ele — do lugar de vitimizados, o qual é geralmente representado nos locais de memórias traumáticas. Além disso, ressignificar e transformar os patrimônios de memórias traumáticas em espaços de luta e resistência, a partir dos preceitos da Nova Museologia.

PALAVRAS CHAVES: Museologia colaborativa, memórias traumáticas, patrimônio, resistência.

INTRODUÇÃO

No campo do patrimônio, o embate entre o lembrar, o esquecer e o rememorar se fará sempre presente. Entretanto, ao se tratar dessas três vertentes, existe uma certa complexidade na rememoração da dor, do trauma e, ao mesmo tempo, a necessidade de lembrar como forma de direito, dever, reparação, indenização e reconhecimento das vítimas, principalmente no que se refere aos lugares de memórias difíceis. Esses espaços acabam se tornando vestígios materiais palpáveis do que existiu e continua

¹ Museóloga pela Universidade Federal de Ouro Preto e atualmente Mestranda em Memória Social no Programa de Pós Graduação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuante na linha de Memória Social e Patrimônio.

existindo do passado, sendo retomados como forma de conscientização, aprendizado e empatia, para que o “evento” que ali ocorreu seja frequentemente lembrado, não seja esquecido e nem se repita.

Na Museologia, esses debates sobre os patrimônios que remetem às memórias dolorosas começaram a ser mais discutidos a partir dos pressupostos da Nova Museologia, quando se passou a pensar e a mudar as perspectivas dos modelos museais, refletindo sobre quais eram os papéis sociais dos museus, lugares de memória e instituições culturais. Todas essas reflexões e iniciativas têm como objetivo consolidar as perspectivas museais dessas memórias, diante de passados marcados por violências e crimes. Em decorrência disso, surgiu a necessidade de prestar contas desses passados violentos, gerando a demanda de demarcá-los a partir da criação de lugares de memória. Todavia, essa transformação dos lugares em patrimônios procede a partir de um recorte pontual, específico e significativo, do processo de institucionalização museológica. Tal fato deixa de lado os fragmentos de como o todo se tornou um conjunto, pois esses espaços acabam se tornando “palcos” de grandes acontecimentos e de memórias dolorosas daqueles que vivenciaram o ocorrido, demarcado por eles, e tiveram sua vida modificada para sempre.

É fato que a construção dos lugares de memória é importante, mas deve ser pensada como uma forma de diálogo entre passado, presente e futuro, considerando quem vivenciou, testemunhou e sobreviveu ao acontecimento que esses espaços representam. Isso deve ocorrer a partir da valorização e autonomia da voz de quem fala, para aproximar os leitores/visitantes da verdadeira realidade social em que se encontravam e ainda se encontram aqueles que passaram pelo ocorrido. O interessante desses lugares é quando eles conseguem ressignificar o acontecimento e se transformam em ferramentas de reflexão social para perspectivas futuras, por meio de uma simbologia e significação imaterial que evocam vivências, lembranças, conflitos e impasses, pois eles podem trazer novamente à tona o que foi esquecido e o que se anseia lembrar.

O PATRIMÔNIO DIFÍCIL COMO FERRAMENTA SOCIAL PARA UM NOVO RECOMEÇO E REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÓS-CRIME E A REPARAÇÃO DA MEMÓRIA

O fato museal refere-se à relação entre o sujeito social e um determinado objeto que faz parte de sua realidade, sobre o qual ele tem o poder de agir (Rússio, 1981). Essa relação abrange diferentes níveis de consciência, e o sujeito pode apreender esse determinado objeto por meio de um dos seus cinco sentidos. Sendo assim, os locais de memória, já conceituados por Nora (1993), podem ser qualificados como esse dispositivo social, um espaço de representação simbólica de um grupo e, conseqüentemente, da memória do indivíduo inserido em seu contexto, criados a partir de sua institucionalização museológica.

Para Nora (1993), esses lugares de memória são produtos sociais criados devido ao desejo de uma sociedade, que, ao ser retirada de suas memórias por eventuais mudanças, busca compreender a história. Dessa maneira, essa sociedade acaba transformando o historiador em personagem central, atribuindo-lhe a responsabilidade de impedir que a história se torne apenas história, ou seja, que ela seja esquecida. Nessa perspectiva, para ele, não existe mais o homem-memória, mas sim a necessidade de consagrar lugares e investi-los de uma aura simbólica (idem). Essa transformação perpassa pelo processo de musealização, no qual se recorta e se cria um determinado discurso que se deseja transmitir e perpetuar. Além disso, esses lugares são vistos também como espaços de acesso úteis para fixar eventos, que se tornam objetos de recordação e são visitados como parte da formação cultural. Já os locais traumáticos, que foram palcos de sofrimento, relembram histórias que gostariam de ser esquecidas, mas que, ao mesmo tempo, não devem se repetir (Assmann, 2011).

O termo "patrimônio sensível" vem sendo utilizado desde o final dos anos 1990 para se referir a rupturas e incômodos das memórias que, por muito tempo, ficaram subalternizadas e silenciadas. Sendo assim, esse patrimônio é associado a locais de dor, execução, encarceramento, segregação, punição e morte (Meneguello, 2022). Tais locais mobilizam e têm como finalidade a rememoração coletiva e o reconhecimento dos direitos e da reparação, principalmente a partir de políticas de memória e leis memoriais, com o objetivo de trazer para o presente fatos que, por muito tempo, foram ocultados e cujas vítimas foram desacreditadas (idem). Nessa perspectiva, o patrimônio se encontra em um campo de disputas, principalmente devido às contra-narrativas, que, por muito tempo, ficaram silenciadas e emergem a partir das lutas dos grupos que, até então, eram subalternos. Assim, o campo museológico se vê desafiado por novas

interpretações do passado. No Brasil, os debates e discussões sobre a Museologia de Memórias Traumáticas, mesmo que ainda em passos lentos, vêm ganhando força, principalmente após a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012.

A Museologia de memórias traumáticas se concentra na investigação, preservação, ressignificação, comunicação e gestão de memórias relacionadas a eventos traumáticos da história. Seu escopo de atuação é operar com memórias sociais de traumas históricos, como genocídios, ditaduras, guerras, conflitos armados internos, catástrofes naturais e outros eventos de grande impacto para uma coletividade, ativando os debates no presente para potencializar a defesa dos direitos humanos (Brito, 2023). Neste campo, é negada a existência de neutralidade quando se toca em assuntos da defesa da dignidade do sujeito, priorizando o papel da Museologia como ativadora de debates conflituosos (idem).

Voltando aos lugares de memória, não se deve deixar de lado sua importância para a conscientização e o não esquecimento de momentos traumáticos para um determinado grupo, ou para que esses momentos não mais ocorram ou se repitam. No entanto, como dito por Pollak (1989), eles não podem ser reduzidos apenas a esse aspecto. Os lugares são espaços físicos de testemunhos; todavia, para serem consagrados dessa forma, é necessário que também sejam pensados em relação à situação dos sujeitos e seu vínculo, pois são eles as testemunhas/sobreviventes do ocorrido. Como parafraseado por Silva (2010), citando Benveniste (1995): “não é somente ter sobrevivido a uma desgraça, à morte, mas também ter passado por um acontecimento qualquer e subsistir muito mais além desse acontecimento; de ter sido, portanto, testemunha de tal fato”.

Para Benveniste (1995 apud Silva, 2010, p. 4), existem duas categorias de testemunhos: o *superstes* e o *testis*. O primeiro remete ao relato singular do sobrevivente que presenciou o acontecimento que quase o levou à morte, onde a audição é o centro. Pensar a história a partir dele significa não reduzir, mas sim ser mais aberto ao ato de ouvir aqueles que vivenciaram o ocorrido. Já o segundo tem a visão como centro, correspondendo ao saber representacionista do positivismo, com a visão historiográfica como foco, crendo na possibilidade de “se transitar entre o tempo como cena histórica (ou a cena do crime) e o tempo em que se escreve a história” (Silva, 2010, p. 5). A partir dessa diferenciação explicitada por Silva (2010), pode-se dizer que

o *superstes* seria o testemunho voltado para a memória e o *testis* para a história, mas para o autor não há possibilidade de separar esses dois testemunhos, assim como não deveriam ser separadas a história e a memória. Para ele, o correto é entender o testemunho como vértice entre a memória e a história.

Ainda nesse texto, Silva (2010, p. 7) traz o diário como uma maneira de especificar o local do testemunho, como marcas do personagem que o escreve. A partir desse contexto, pode-se fazer uma analogia entre o diário e o lugar de memória, pois, assim como nos diários, os indivíduos, ao se depararem com espaços dedicados a um acontecimento/crime, podem ser tocados pelo “ar que o personagem respirava”, sentindo o que um determinado grupo vivenciou onde agora se tornou um local de memória. Para o autor, os escritos no diário reforçam seu teor testemunhal, pois se desdobram em características sensíveis e materiais, como, por exemplo, seu estado. A comparação do lugar com o diário pode ser feita a partir de seu suporte material, pois ele, assim como os lugares de memória, se torna importante e essencial para a obra, como os locais para o discurso.

O diário é parte do evento narrado, uma inscrição da vida e da morte, onde se fundem o “autor”, o texto e a temporalidade, entre o real e a ficção, e a seleção do discurso que se quer seguir, como também ocorre com os lugares. A partir dos lugares, pode-se aprender a entender fragmentos do presente que se misturam com um passado que não passou. O acesso às ruínas do passado se mistura com o presente, assim como o discurso do lugar de memória corresponde à leitura de cada sujeito. Trata-se, então, de uma leitura particular e autorreflexiva (Silva, 2010, p. 8). Sobretudo, os lugares, assim como os diários, são parciais, o que gera conflito entre o todo e o indivíduo e sua visão (idem).

Outra importância da construção de lugares é ir contra o negacionismo, pois, mesmo sendo esse prejudicial por tocar nas memórias traumáticas e na irrealidade do vivido, o apagamento/esquecimento dos locais e das marcas de uma tragédia ou crime poderiam afirmar que o que aconteceu ali “não foi verdade” (Silva, 2010, p.10). Piralian (2000, apud Silva, 2010, p.10) diz que o sentimento de resistência do sobrevivente para não aceitar o que aconteceu dá força a esse negacionismo, pois os lugares de testemunho são integrações e, de certa forma, o enfrentamento de um passado traumático que muitos preferem esquecer.

Para Piralian (2000, apud Silva, 2010, p.11), simbolizar de forma física o acontecimento significa reconstruir também um espaço "simbólico de vida", que deve gerar a retemporização de memórias e fatos anteriores ao acontecimento, o que o autor chama de “embalsamento”. O trabalho de simbolizar de forma tridimensional o ocorrido significa dar outra dimensão aos fatos, e conquistar essa nova dimensão "equivale a conseguir sair da posição de sobrevivente e voltar à vida" (idem). Entretanto, devido à linearidade da narrativa, repetições e construções de metáforas, essa simbolização é parcial, recortada, e nunca será completa, pois cenas traumáticas sempre serão uma espécie estranha no corpo do sobrevivente. Todavia, essas cenas/lugares, para os sujeitos que não testemunharam o ocorrido, são espaços de reflexão que podem ensinar sobre ser menos ambiciosos ou idealistas nos objetivos terapêuticos (idem).

Além disso, Silva (2010) ressalta que, a partir dos lugares, há a possibilidade de um determinado grupo sair da posição de vítima, pois o local do testemunho pode servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-acontecimento. Os lugares podem ser, acima de tudo, espaços políticos, onde, além do trauma, podem se tornar locais de discursos, resistências e experiências, para que o ocorrido não mais aconteça. E esse é o grande desafio: o cuidado para que os lugares não se reduzam apenas a mostrar uma tragédia.

Desde a década de 1970, uma nova visão museológica tem ganhado força em debates e reflexões, denominada “Nova Museologia”. Nesse contexto, é revisto o papel social dos museus, fazendo com que se reconfigurem e repensem as ideologias de maneira que esses espaços de memória assumam seu compromisso com a comunidade, o território e, conseqüentemente, sua memória. Logo, os museus comunitários e os ecomuseus ganham força a partir desse momento. Agora, essas instituições são tratadas como parte de um movimento global, onde a museologia afirma sua responsabilidade social nos processos de musealização, envolvendo museólogos, comunidades, lideranças, agentes do desenvolvimento local, educação inclusiva, investigação científica, militantes, ativistas, etc. (Primo; Moutinho, 2021, p.18). Entende-se como “museologia colaborativa” essas diferentes tipologias dos processos museológicos, que priorizam a interação e a troca para que se desenvolva o papel social do museu e se mantenha o vínculo com a comunidade (Russi; Abreu, 2019, p.35).

Construir um lugar de memória comunitário é incluir as vítimas de passados traumáticos no discurso que elas desejam transmitir, conforme descrito como objetivo da “museologia colaborativa” (Russi; Abreu, 2019, p.20). Dessa forma, abre-se espaço para uma participação mais inclusiva e plural entre os sujeitos e os profissionais, de maneira que os primeiros se sintam representados e os segundos consigam entender como eles também querem ser representados diante dos comentários, opiniões, concordâncias ou discordâncias, e até mesmo reivindicações (idem). Atualmente, há um aumento de movimentos sociais e de lutas desses sujeitos silenciados e em prol deles, que juntos podem tomar decisões no novo contexto do lugar de memória e suas práticas, entendendo que o museu pode se tornar uma importante ferramenta social para reverberação de suas memórias e vozes (Cury, 2013; França; Van Broekhoven, 2017; Lima Filho; Athias, 2016, apud Russi; Abreu, 2019, p.22).

Ao construir lugares de memória junto às vítimas, ressignifica-se e requalifica-se os objetos e o espaço, tanto para a sociedade quanto para os sujeitos que vivenciaram o ocorrido, demarcado por eles, alterando o espaço e a forma como a sociedade objetiva seu olhar perante eles, auxiliando para que os sujeitos saiam do seu local de vítima. Assim como é dito por Russi (2019) e Abreu (2019): "esse movimento altera o sentido dos museus de representações sobre os 'outros' para representações com os 'outros'" (p.22). Alterando o sentido do local de um patrimônio de dor e traumas para representar um movimento de reparação, luta, resistência, pertencimento e vida, o museu torna-se uma ferramenta para um novo recomeço, que agrega e reafirma suas bandeiras de luta (idem, p.25).

Com a institucionalização do local de forma colaborativa, podem-se adotar novos valores para o futuro do lugar de memória, que envolvem e são frutos da ação das vítimas, até então afastadas do espaço e das tomadas de decisões sobre o que será realizado a partir dele (Primo; Moutinho, 2022, p.17). Esse espaço também se torna um local de reflexão social que lida com problemáticas importantes a serem debatidas, contribuindo como forma de denúncia e como um recurso para leitura crítica de um passado possivelmente negligenciado, transformando-o a partir dessas práticas sociais comprometidas e conscientes (idem, p.31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dos lugares de memória é importante, mas deve ser pensada como forma de diálogo entre o tempo e quem vivenciou, testemunhou e sobreviveu ao acontecimento representado, e como esse quer reviver e ser representado, de forma que haja valorização e autonomia da voz de quem fala, para aproximar os leitores/visitantes da verdadeira realidade social. Porque o interessante é que se consiga ressignificar o acontecido, transformando-o em uma ferramenta de reflexão para perspectivas futuras, a partir de uma simbologia e significação que retire os sujeitos do local de vitimizados.

Entretanto, a institucionalização de locais que foram “palcos” de dor procede a partir de um recorte pontual, específico e significativo. Tal fato deixa de lado os fragmentos de memórias individuais de como um todo se tornou um conjunto, no qual as memórias dos sujeitos que vivenciaram, desconhecidas por muitos, ocupam um espaço no discurso oficial, mas de forma homogeneizada: a memória dos que sobreviveram, presenciaram o acontecimento e tiveram sua vida modificada por ele. Portanto, ao propor musealizações de maneira comunitária, ouvindo os testemunhos, transformar esses espaços em locais de resistência à memória, a partir dos preceitos da nova museologia, é entender que houve, sim, um crime, e esse precisa ser frequentemente lembrado para que não se repita, mas, ao mesmo tempo, fazer com que o ocorrido seja ressignificado pelas vítimas e que essas reivindicuem e apropriem-se do espaço e do seu discurso.

Trabalhar a memória como fator social e sua relação com o patrimônio é compreender que esses podem causar impactos sociais e culturais na relação entre o sujeito e o objeto qualificado como patrimônio. Sendo assim, discutir as institucionalizações dos lugares de memória com os que vivenciaram o ocorrido demarcado por eles é reconhecer os impactos sociais que o passado gerou, mas ainda ter um novo olhar voltado em maneiras de reapropriação no presente, com uma visão de um futuro pós-traumático. A participação colaborativa dos sujeitos neste processo de musealização pode fazer com que o local não se torne um potencializador para homogeneizar as memórias construídas ali, recortadas apenas para um momento específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

BRITO, Ana Paula Ferreira de. **Museologia de memórias traumáticas: a produção acadêmica da Museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2023.

MENEGUELLO, Cristina . **Patrimônio difícil: um conceito incompleto?** In: Patrimônio, resistência e direitos : histórias entre trajetórias e perspectivas em rede / organização Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Vitória, ES : Editora Milfontes, 2022.

MOUTINHO, Mário e Primo, Judite. **Uma releitura do mundo pelo olhar da Sociomuseologia**. In: Moutinho, Mário e Primo, Judite. Sociomuseologia - leitura crítica do mundo. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/noticias/novo-livro-publicado-sociomuseologia-leitura-critica-mundo>.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. "**Museologia colaborativa**"; **diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas**. In: Horizontes Antropológicos, v. 53, p. 17-47, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CPrCPbWpCJPy5KjhW7fFmCx/?lang=pt>

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, no. 3, 1989.

SILVA, Márcio Seligmann. **O local do testemunho**. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, vol 2, n 1, p 3-20, 2010.